

Quando os cadáveres falam o silêncio da educação: derivas
errantes para retrair os deslocamentos críticos de
Michel Foucault

When corpses speak the silence of education: wandering drifts to
retrace Michel Foucault's critical displacements

Alexandre Simão de Freitas¹
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
alexandre.freitas@ufpe.br

Adalgisa Leão Ferreira²
Grupo Ser Educacional; Universidade
Federal de Pernambuco (UFPE)
adalgisa.leao@ufpe.br

Resumo: Em que pese a centralidade das estratégias biopolíticas e sua articulação aos processos de domesticação dos corpos no âmbito das pesquisas, temos como hipótese especulativa o fato de que a *clínica* permaneceu, nos estudos foucaultianos, uma noção enigmática. Forclusão que indicaria o apego do campo da Filosofia da Educação à analítica da finitude como signo do antropocentrismo que ainda alimenta sonhos de emancipação pastoral no mundo da educação. Ao materializar a hipótese, destacamos a análise foucaultiana da morte como indício de uma nova política da verdade, na qual a pandemia da Covid19 recolocou a relação entre espaço/linguagem/morte e desvelou que as teorias críticas, no campo da educação, seguem aquém da experimentação da vida como agenciamento e relação. Ao revisitar a obra, talvez, experienciar uma relação menos hermenêutica com o pensamento de Foucault e retomar, desde uma outra semiologia dos corpos, as forças que se apoderam dos fenômenos em suas relações de exterioridade.

Palavras-chave: analítica da finitude; semiologia dos corpos; covid-19.

¹ Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil.

² Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil.

Abstract: In view of the centrality of biopolitical strategies and their articulation with the processes of domestication of bodies in the scope of research, we have a speculative hypothesis that the clinic remained, in Foucauldian studies, an enigmatic notion. Foreclosure that would indicate the attachment of the field of Philosophy of Education to the analytics of finitude as a sign of the anthropocentrism that still fuels dreams of pastoral emancipation in the world of education. In materializing the hypothesis, we highlight Foucault's analysis of death as an indication of a new politics of truth, in which the Covid-19 pandemic has repositioned the relationship between space/language/death and revealed that critical theories, in the field of education, fall short of experiencing life as assemblage and relationship. Upon revisiting the work, perhaps experiencing a less hermeneutic relationship with Foucault's thought and taking back, from a different semiotics of bodies, the forces that take hold of phenomena in their relations of exteriority.

Keywords: analytics of finitude; semiotics of bodies; covid-19.

Introdução

Você, leitor, sabe onde estava e/ou o que fazia no dia 11 de março de 2020?

Fatos históricos de grande impacto para a humanidade e, em geral se os Estados Unidos da América estiverem envolvidos, costumam ensejar uma variação da pergunta acima: onde você estava quando John F. Kennedy foi assassinado (22/11/1963)?; Quando o homem pisou na Lua (20/7/1969)?; O que você fazia no 11 de setembro de 2001?, dentre outros.

Em 11 de março de 2020 o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom anunciou, em Genebra, que a Covid-19 – doença causada pelo novo coronavírus – se caracterizava como uma pandemia. A escalada dos fatos remonta a 31 de dezembro de 2019, quando a OMS foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos. Uma semana mais tarde, em 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram que haviam identificado um novo tipo de coronavírus.

Os vírus da família coronavírus já são bastante conhecidos pela ciência, sendo a segunda principal causa de resfriado comum (após rinovírus) e, até as últimas décadas, raramente causavam doenças mais graves em humanos do que o resfriado comum. Ao

todo, sete coronavírus humanos (HCoV) já foram identificados: HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1, SARS-COV (que causa síndrome respiratória aguda grave), MERS-COV (que causa síndrome respiratória do Oriente Médio) e o, mais recente, novo coronavírus: nomeado de SARS-CoV-2), é responsável por causar a doença Covid-19.

O contexto acima descrito tem aqui a função de construir um mundo comum no qual a nossa argumentação estará ancorada. Isso porque, a partir de 2019 e, posteriormente, com a decretação da Pandemia, o tema massivo da morte e da morte massiva passou a fazer parte do nosso cotidiano, inundando a experiência de mundo que nos circundava e, simultaneamente, nos impedia de acessar este mesmo mundo comum, em virtude das políticas sanitárias de isolamento social.

Mas esse texto também parte da estranheza provocada pelo gesto extemporâneo de convocação do mundo da educação ser instado a participar das comemorações dedicadas aos sessenta anos de publicação de *O nascimento da clínica*, obra publicada em 1963 pelo pensador francês Michel Foucault. A tentativa de responder a esse convite nos colocou inicialmente em um longo desvio, uma espécie de deriva errante. Como se sabe, a obra quem questão descreve uma investigação bastante engenhosa na qual Foucault mobiliza uma complexa semiologia do olhar intimamente ligada à emergência da medicalização da vida.

Mas, em que pese a ênfase crescente na problematização das estratégias biopolíticas e sua articulação imanente aos processos de domesticação dos corpos, o fato é que a clínica permaneceu, no campo dos estudos foucaultianos, uma noção enigmática e não tematizada. Durante décadas, o campo educacional recebeu Foucault através do nascimento da prisão, deixando à margem de suas teorizações os corpos entregues à vigília do poder médico. Assim, mesmo quando sob o prisma dos processos de subjetivação, as marcas da forma-clínica acabam elididas pela noção de normalização.

Partimos então de uma hipótese especulativa para essa obliteração da percepção do corpo inaugurada pela anatomoclínica no campo acadêmico da educação, particularmente na Filosofia da educação brasileira. Essa verdadeira forclusão apontaria para o apego desse campo à analítica da finitude enquanto signo do antropocentrismo que ainda alimenta os sonhos de emancipação pastoral no mundo da educação. Para materializar essa hipótese, destacamos a análise foucaultiana da morte como indício de uma nova política da verdade articulada em referência à negatividade como constitutiva do ser do homem, que, também será um elemento importante do programa ético-estético foucaultiano tardio.

Nessa direção, evidenciamos como a pandemia da Covid-19 redimensionou a relação entre o espaço, a linguagem e a morte. O aparecimento disruptivo e massivo da morte fez implodir, mesmo temporariamente, a grade da linguagem da medicina moderna

que localizou a morte estritamente nos processos singulares de um organismo. No contexto pandêmico, o olhar clínico perdeu sua soberania diante do “espaço discursivo dos cadáveres”. Enterrados às pressas e sem os rituais coletivos de luto, os cadáveres envoltos em lonas plásticas introduziram uma rachadura indelével entre as palavras e as coisas. Mais ainda: deram a ver os microfascismos constitutivos de nossa atualidade, bem como os limites de nossas ontologias históricas e políticas, crescentemente bloqueadas em sua capacidade de produzir novos mundos, a partir de agenciamentos com a diferença.

Da naturalização dos óbitos à desrealização da morte

A publicação de *O Nascimento da Clínica* por Michel Foucault em 1963 pode ser descrita como evento significativo no cenário intelectual, político e social francês da época. Nesse período, o país se recuperava dos impactos da Guerra da Argélia, gerando reflexões profundas sobre a descolonização e o papel internacional da França e suas obras ecoavam e dialogavam com o espírito intelectual do momento ao introduzir uma abordagem inovadora para o estudo da história da medicina clínica a partir do século XIX.

Além disso, o cenário acadêmico estava imerso em debates sobre questões epistemológicas e metodológicas na escrita histórica. Ao desafiar as noções convencionais de progresso linear do conhecimento, Foucault contribuiu para a revisão em curso da historiografia. Sua análise crítica das práticas médicas não apenas examinou as mudanças na relação entre médico e paciente, mas também provocou uma reavaliação do poder na configuração do conhecimento e das práticas institucionais.

No horizonte teórico-normativo da época – mesmo levando em consideração as análises críticas a respeito do papel colonizador da França – não existia a ideia de necropolítica e negrogovernamentalidade (MBEMBE, 2018; FRANCO, 2021), conceitos que só foram passíveis de elaboração através mesmo dos trabalhos e análises de Michel Foucault sobre a biopolítica e a governamentalidade.

No entanto, ao abrir o prefácio da obra com a advertência de que “Este livro trata do espaço, da linguagem e da morte; *trata do olhar*” (FOUCAULT, 2008, p. V, grifos nossos), Foucault direciona o nosso olhar para onde, talvez, realmente importe aqui: a morte como um regime de visibilidade.

Foucault tinha um interesse especial pela relação entre o poder, o conhecimento e as práticas sociais e encontrou afinidades conceituais entre suas investigações e algumas ideias estoicas, explorando aspectos filosóficos e éticos desse sistema de pensamento, notadamente incidindo sobre o tema da morte.

Importante insistir que no contexto do estoicismo a concepção da morte assume um matiz naturalista e inexorável. Os estoicos enxergavam a morte como um fenômeno

intrínseco à condição humana, reverberando na convicção de que sua aceitação serena constituía um elemento crucial para a consecução da sabedoria e da equanimidade mental.

Assim, a morte se inscreve como um evento natural e inevitável, harmonizado ao ciclo existencial. Subjacente a esta perspectiva, repousa a convicção de que a morte é regida por leis naturais e, como tal, não deve ser temida ou objeto de esquiva. Pelo contrário, os estoicos enfatizam a acolhida tranquila da morte enquanto peça integrante da ordem do mundo.

A prática do “*premeditatio malorum*”, uma das facetas centrais do estoicismo, consiste na contemplação regular da possibilidade da morte e de outros desfechos adversos. Os estoicos preconizavam que, mediante a antecipação e reflexão sobre esses eventos inexoráveis, os indivíduos poderiam edificar resiliência e cultivar um desapego em relação a vicissitudes materiais e prazeres efêmeros. No escopo do estoicismo, a morte é delineada então como uma realidade inerente à condição humana, devendo ser acolhida com serenidade e distanciamento emocional. A reflexão sobre a morte se erige como uma ferramenta propulsora da resiliência e do autodomínio.

O Foucault da ética se debruça sobre os ensinamentos estoicos, especialmente os de Epicteto, explorando como essa escola filosófica enfatizava o cultivo da autodisciplina, do autocontrole emocional e a busca por uma vida virtuosa, considerando a si mesmo como um objeto de reflexão e aprimoramento. Foucault estava interessado, no entanto, na maneira como os estoicos almejavam criar uma relação consigo mesmos e com o mundo através do exercício da atenção constante aos próprios pensamentos e emoções, investigando como as práticas de si, incluindo as práticas éticas, sexuais e espirituais, moldam a identidade individual e influenciam a relação entre o sujeito e o poder.

É nesse ponto que podemos inserir a morte em sua íntima relação com as práticas de poder que insuflaram através da pandemia de Covid-19. Isso porque as táticas de governo postas em funcionamento pelo Estado – e aqui, nos referimos ao Estado como instituição, mas sobretudo ao Estado brasileiro em si – multiplicaram as estratégias de esvaziamento de significado atribuído ao tema da morte em massa.

Tais estratégias exerceram um papel crucial entre os dispositivos de negrogovernamentalidade de gestão da pandemia em território nacional, particularmente entre os estratos sociais mais pauperizados e seus milhares de mortos *contabilizados*.

A tendência continuada de crescimento das taxas de contágio e de mortalidade, somada à reação da comunidade científica e de parte da opinião pública nacional e internacional, impedia a simples negação das mortes, incitando a adoção de outras estratégias de gestão simbólica negrogovernamental da pandemia: a naturalização dos óbitos (FRANCO, 2021, p. 28).

Também havia em curso uma estratégia discursiva que fazia equivaler as mortes por Covid-19 a uma ideia abstrata de morte, uma morte em geral porque natural: ora, se todos vamos morrer, as condições específicas dessas mortes – muitas das quais evitáveis – são e foram dissolvidas em um fenômeno natural, genérico, igual para todos.

Ancorada em uma concepção de psicologia autoritária, a ideia igualitária de morte visa à substituição da lógica discursiva analítica pela repetição estereotipada de crenças comuns que, no limite, objetiva estabelecer uma horizontalidade social. Significa dizer que esse recurso discursivo tem a tarefa de desaparecer com os efeitos de distinção causados pelos impactos da pandemia. Efeitos esses, que são diferentes para os grupos sociais em geral e para as pessoas em particular, de acordo com as vinculações raciais e as classes a que pertencem.

O ponto culminante da gestão necrogovernamental da pandemia no Brasil foi o desaparecimento do morto, isto é, sua conversão em cadáveres numerados e/ou nomes genéricos, tal como se destinados às aulas de anatomia clínica. Assistimos – muitos atônitos diante da situação – a um processo que primeiramente naturalizou o óbito em massa como parte do cotidiano dos vivos para, em seguida, desrealizar a especificidade do acontecimento da morte. O que parece, talvez, estar em jogo com essa estratégia de desrealização dos mortos por Covid-19 aliada à naturalização dos óbitos é a instalação de um novo regime – não mais de visibilidade, mas sobretudo – de sensibilidade. Este, por sua vez, articulado a um processo de privatização da morte.

Bioarztquia, ou a politização da Medicina

Desde Freud com *Luto e Melancolia* (1917), a psicanálise vem insistindo na dimensão irrecusavelmente política do luto. Sabe-se desde então que o luto é uma reação natural e saudável à perda de um ente querido ou algo significativo, que mobiliza uma série de processos psicológicos de alta complexidade. Uma das características centrais do luto é a necessidade de desinvestir emocionalmente o afeto da pessoa falecida ou do objeto perdido, permitindo que o enlutado gradualmente se adapte à nova realidade sem a presença física do que foi perdido.

A dimensão política do luto, pode ser descrita em um primeiro momento, por meio da relação que as sociedades e as instituições lidam com eventos de grande perda, como desastres naturais, conflitos armados ou tragédias humanitárias. Aqui, as ideias de Freud sobre o luto podem ser extrapoladas para examinar como os processos de luto individuais e coletivos se entrecruzam.

Ao invés de ser apenas um processo individual, o luto expõe a precariedade do Eu autocentrado ao revelar que nossas vidas dependem de diferentes modos e em graus distintos, dos modos de relação com os outros, para que possamos continuar existindo. O luto, portanto, é um afeto político central, que caminha na contramão da tendência de atomização social, fundada em regimes de reconhecimento de identidades estanques. Sabe-se, inclusive, que as reações de luto podem ser canalizadas para mobilizar sentimentos de unidade, identidade nacional ou solidariedade. A história demonstra que durante períodos de crise nacional ou internacional, o Estado e os seus líderes políticos, podem aproveitar o luto coletivo para construir uma narrativa de coesão social ou para legitimar decisões políticas, muitas vezes controversas e adversas.

Ocorre que ao desrealizar as mortes por Covid-19, o Estado pôs em operação uma distribuição desigual da possibilidade do luto. Significa dizer que ao naturalizar os óbitos e transformar as mortes em eventos naturais, corriqueiros e generificados, há uma distribuição do regime de sensibilidade que reduz o processo à contagem numérica diária. No caso brasileiro, é importante ainda destacar o enorme quadro de subnotificação e/ou não contabilização nos registros oficiais, estimado – por baixo – na casa dos 18% (FRANÇA *et. al.*, 2022), o que põe essas pessoas em uma situação que extrapola o problema anonimato e sua conversão numérica, transformando-os quase que em espectros testemunhais da pandemia em território nacional.

Diante das estratégias de necrogovernamentalidade da pandemia no Brasil, é necessário acrescentar a ideia de um poder bioárztquico, que leva o especialista médico a ocupar o papel predominante, representando e confluindo em figuras de chefe, sacerdote, xamã, cientista e político³.

Não deveria nos surpreender o fato de que a palavra “médico”, em alemão *Arzt*, tenha sua origem na palavra grega “chefe”. Esse conhecido e dual sentido a que se refere a palavra *arkhe* e que em suas origens encarnava a figura do arquiatra, já remetia do poder do médico de ditar a hora da morte e a hora da vida. Os arquiатras eram precisamente os médicos dos monarcas e é no mínimo curioso que a palavra “médico” em alemão se refira a *chefe* e não ao vocábulo grego para “medico” (*iatrós*), trazendo ao primeiro plano a importância do poder e não tanto da prática médica característica desse conceito. Tal também se evidencia, por exemplo, no âmbito da psiquiatria - literalmente: “médico da alma” – quando, ao invés de se dedicarem aqueles que demandam seus inestimáveis serviços, os psiquiatras agem como braços normatizadores da produtividade e da otimização

³ No caso brasileiro, basta rememorar o fato de que no início da pandemia, Luiz Henrique Mandetta – político brasileiro filiado ao União Brasil e médico ortopedista (sic) – ocupava o cargo de Ministro da Saúde, corroborando para a confluência dos papéis de autoridade médica e política à frente das ações do Estado.

constante do outro visto como sujeito submetido às demandas do capital. Talvez tenha chegado o momento de abandonar a ideia de *bioarquia*, que autores como Esposito atribuem de maneira acertada ao nazismo, para qualificar nossa época, centrada na capacidade *nootropica* característica da razão farmacêutica, como *bioarztquia* (COLLADO; MATOS, 2020, p. 86).

Se aceitarmos pensar a pandemia da Covid-19 como um *evento* – um evento que durou, mas ainda um evento – será necessário nos ancorarmos na maneira como o faz Michel Foucault, leitor de Nietzsche, como um surgimento, uma instauração, uma inauguração (CHARTIER, 2021). Para fazer jus ao léxico deste dossiê, como um *nascimento*, conforme utilizado em *O nascimento da clínica*. Este é o sentido mais complexo a ser elaborado, posto que devemos afrontar um por vir sem origens, uma situação radicalmente nova, que vamos descobrindo ao mesmo tempo em que ela se estabelece.

Obviamente que sabemos o que é um vírus, com suas características biogenéticas, causas, meios de reprodutibilidade e sobrevivência, cadeias de DNA e RNA e etc. E, mais especificamente, temos conhecimento sobre os vírus da família coronavírus, conforme anteriormente descritos aqui no texto. O fato é que a pandemia da Covid-19 foi um evento capaz de deslocar as estruturas de pensamento já postas, o que nos indica a possibilidade de construir novas e outras abordagens acerca da experiência global, mas que carrega em si modos muito singulares quanto à sua experiencição. Foi nesse horizonte foucaultiano de algo radicalmente novo, que assistimos no início da pandemia, ao movimento de pensamento de filósofos de grande popularidade⁴, na tentativa de atribuição de sentido ao momento que se apresentava.

Sem deslegitimar as mortes causadas pelo coronavírus, também é preciso levar em consideração aquilo que já sabemos sobre esse tipo de vírus para além da catalogação biogenética. Assim como outras ameaças pandêmicas microbiológicas (por vir, inclusive), estamos diante não apenas de uma crise de saúde, mas também diante de uma crise político-econômica sem retorno, que gerou o atual panorama global. Significa dizer que o coronavírus – como todos os vírus – têm particularidades que, ainda que suas mutações nos coloquem diante de algo radicalmente novo, é preciso estarmos atentos aos

⁴ Aqui fazemos referência a um dos primeiros textos publicados sobre o tema no âmbito filosófico e que causou grande controvérsia, a saber: “A invenção de uma pandemia” de Giorgio Agamben (26 de fevereiro de 2020), seguido de “Contágio” (11 de março) e Reflexões sobre a peste (27 de março) e “Distanciamento Social” (6 de abril). O debate iniciado pelo italiano recebeu respostas acaloradas, com destaque para “Exceção viral” de Jean-Luc Nancy (27 de fevereiro de 2020). Ademais, juntaram-se ao debate e à necessidade de elaboração teórica do evento, autores como Slavoj Žižek, Judith Butler, Byung-Chul Han, Paul Preciado, Achille Mbembe e tantos outros.

efeitos aos quais as populações mundiais estarão submetidas tendo em vista o imperativo médico-político de cunho “bioárztquico”.

Se a situação tivesse sido tratada de modo político e democrático há anos, não estaríamos [talvez] agora forçados ao confinamento nem em xeque endêmico. É triste ver diversos epidemiologistas e virologistas que continuam empenhados em buscar a salvação ou a superação desta crise por meio de uma vertente exclusivamente médica (MATOS; COLLADO, 2020, p. 35).

Assim, o regime de visibilidade anunciado por Michel Foucault na abertura de *O nascimento da clínica* nos incita ter no horizonte o fato de que a partir de agora – isto é – sob o mandato da bioarztquia, a situação na qual vivemos será mandatária de uma série de eventos vindouros que estarão fortemente ancorados em modelos matemáticos epidemiológicos postos a serviço das demandas do mercado, em sua face médico-clínica. Sabemos do vertiginoso crescimento das notícias falsas⁵ (fake news) como modo de governo das diversas esferas da vida cotidiana, que atingiram em cheio também a pandemia da Covid-19, mas não por acaso, mesmo as análises mais contundentes sobre o tema, resultam por atribuir e/ou recomendar especial atenção aos meios de acesso à informação, frisando a importância de busca por fontes confiáveis, quais sejam: as revistas científicas *The Lancet*, *Nature* e os endereços eletrônicos da Organização Mundial da Saúde – OMS⁶. Ora, não estariam esses periódicos e a própria OMS sob a julgo da capacidade adaptativa e mutante do Capitalismo em sua face biotecnológica?

Temos, então, um quadro de politização da medicina que passa se ocupar com processos de controle social que, a princípio, não lhe competem. Nesse sentido, os poderes estatais passam a governar mediante a produção de cadáveres, tudo justificado pela falácia do imperativo do mercado, de que a economia precisa se manter viva. Faz-se ver o que de fato são os nossos governos e as nossas economias: máquinas construídas para exploração das vidas consideradas indignas de serem vividas e proteger aquelas que têm “valor”. Ou seja, uma gestão necropolítica.

Considerações finais

⁵ A esse respeito, pode ser consultada a obra “A morte da verdade” de Michiko Kakutani (2018).

⁶ Esse é o caso dos autores supracitados – Matos e Collado – que a despeito da incisiva crítica ao sistema médico como gestão política, acabam por atribuir superior importância a instrumentos de divulgação científica que ignoram o conhecimento produzido na periferia do sistema. A saber, a Revista *Nature* tem uma taxa de rejeição de artigos submetidos que chega a 92% segundo estimativa de Veiga (2019). Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/revista-nature-tem-alto-indice-de-rejeicao-para-publicacao-de-artigos/>>.

Um dos efeitos colaterais, digamos assim, do “nascimento da clínica” como modelo analítico, poderia ser descrito como a generalização de uma racionalidade diagnóstica. Se na Antiguidade clássica a noção de diagnóstico remonta à atividade de separar, distinguir e eleger – uma vez que o radical *krinos* origina simultaneamente palavras como crítica e critério – podemos afirmar que atualmente o termo é adotado como referência para a pesquisa farmacológica, para a construção de políticas públicas, para seguradoras de saúde, para a formação em psicopatologia e uma infinidade de outras implicações (DUNKER, 2018). Tem se caracterizado como um código que permite acesso a condições específicas dentro do tecido social.

Se fazemos esse resgate é para acrescentar o fato notório de que, no âmbito educacional, a racionalidade diagnóstica se imiscuiu tão profundamente que já parece inseparável do discurso pedagógico, no sentido de uma autonomização normativa dos diagnósticos. Esses, por sua vez, são sobretudo diagnósticos psiquiátricos e legitimam o acesso ao ambiente escolar de uma forma diferenciada, através de uma distinção social.

Diversos estudos têm mostrado que essa forma de pensar no diagnóstico infiltra, sob a égide da abordagem científica e da exclusão das considerações sociais, um conjunto de interesses bastante específicos, que vai das indústrias farmacêuticas aos centros de formação e pesquisa universitária e seus sistemas de financiamento, à padronização global de formas de sofrimento, à cultura do desempenho nas empresas e nas escolas, além do barateamento da saúde pública para o Estado, que se desincumbe de estratégias mais dispendiosas ao custo de uma medicalização massiva e crônica dos pacientes (DUNKER, 2018, p. 319).

Ora, se o campo pedagógico é capaz e incorporar a racionalidade diagnóstica em seus discursos e práticas, ficará a educação (em geral) e a Pedagogia (em particular) silenciadas face aos mortos da pandemia? Faz-se necessário questionar, nos moldes postos por Vinciane Despret (2017), o que fazer com os nossos mortos?

Se, como nos lembra Foucault (2008) as pandemias foram decisivas para pontos de inflexão a respeito da relação entre saber e poder através da centralidade do olhar médico-clínico e, sabendo que ocupamos um lócus privilegiado de retroalimentação dessa relação, reiteramos a indagação: para a educação, esses mortos são inexistentes?

De acordo com Despret (2017), somos uma espantosa exceção cultural pelo modo como constituímos a nossa tradição de relação com os mortos. Significa dizer que somos praticamente os únicos a pensar que “*quando os mortos estão mortos, eles estão mortos*”. O que à primeira vista pode parecer uma obviedade – e esta obviedade se estabelece justamente pelo caráter cultural e historicizante que nossa cultura ocidental atribui ao luto – a autora vai se deter um pouco mais no sentido, para caracterizar a frase como uma tautologia. Em língua portuguesa, esse fenômeno é descrito como um vício de linguagem

em que ocorre a repetição desnecessária de palavras. Note-se que, do ponto de vista cultural, é no âmbito da insistência na repetição do sintagma “*mortos*”, que recai o esforço de atribuição de significado finito de nossa relação para com eles.

Assim, talvez fosse melhor designar à frase “*quando os mortos estão mortos, eles estão mortos*” o estatuto de oxímoro, isto é, uma figura de linguagem que coloca palavras de significados opostos lado a lado, criando um paradoxo que reforça o significado dos termos, uma vez que para os objetivos desse texto, as palavras “mortos” ocupam significados distintos em casa uma das entradas na construção da referida oração. Dito de outro modo, recusamos que a psique seja o único local de destino dos nossos mortos, no sentido de que o único papel que o morto tem a desempenhar é o de se fazer esquecer, ou de ser um dia substituído por um objeto substitutivo. Somos então, junto com os nossos mortos, os herdeiros de um processo de laicização.

Inclinar-se sobre aquele que sofre, captar seus sinais, reverenciar o sofrimento como verdade pode configurar uma atitude capaz de preparar o terreno para as afecções inerentes ao outramento radical do exercício de pensar. O pensamento proveniente da exterioridade da pandemia experienciado como uma atitude clínica.

Como lembra o próprio Foucault, *O nascimento da clínica* é um livro sobre ver, dizer e aprender a ver, dizendo-se o que se vê, não está aí a estrutura quase gramatical do discurso pedagógico?

A pandemia desvelou como as teorias críticas, presentificadas na Filosofia da educação, permanecem aquém da experimentação da vida como agenciamento e relação. Entre nós, tudo se passa como se a crítica se reduzisse a uma instância de julgamento, definidora dos bons e maus usos dos saberes, da verdade ou falsidade das proposições, da correção normativa dos objetos, de seus desvios e limites. Assim, quem sabe, visitar *O nascimento da clínica*, seja também uma ocasião de uma relação menos hermenêutica com o pensamento de Foucault, retomando, desde uma outra semiologia dos corpos, as forças que se apoderam dos fenômenos em suas relações de exterioridade.

Você, leitor, se recorda do nome da primeira pessoa que morreu vítima de Covid-19 no Brasil?

Rosana Aparecida Urbano: 57, empregada doméstica. Contraiu a doença porque foi obrigada a permanecer trabalhando na casa dos patrões.

Referências

DESPRET, Vinciane. **Au bonheur des morts**: récits de ceux qui restent. La Découverte: Paris, 2015.

DUNKER, Christian. “Crítica da razão diagnóstica”. In: SAFATLE, Vladimir *et. al.* **Patologias do social**: arqueologia do sofrimento psíquico. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRANÇA, Elisabeth *et. al.* *Measuring misclassification of Covid-19 as garbage codes: results of investigating 1,365 deaths and implications for vital statistics in Brazil*. In: **PLOS Global Public Health**, 2022.

FRANCO, Fábio Luís. **Governar os mortos**: necropolíticas, desaparecimento e subjetividade. São Paulo: Ubu, 2021.

MATOS, Andityas Soares; COLLADO, Francis García. **O vírus como filosofia. A filosofia como vírus**. São Paulo: GLAC edições, 2020.

_____. **Más allá de lo biopolítica**: biopotencia, barbarzquia, bloemergencia. Girona: Documenta Universitaria, 2020.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

Submetido: 21/08/2023

Aceito: 12/10/2023